



## Consórcio Intermunicipal de Saúde

Ata do 2º Encontro do Programa Gestão Compartilhada - CIS Circuito das Águas.

Aos dez (10) dias do mês de julho de 2019, reuniram-se na sede da Policlínica de São Lourenço, os membros do Consórcio para tratarem da ordem do dia a seguir, estando presentes os municípios de Cristina, Dom Viçoso, Lambari, Olímpio Noronha, Passa Quatro, Pouso Alto, São Lourenço, Soledade de Minas e Virgínia. As 10:40 horas o Sr. Presidente José Fernando Pinto, abriu o encontro parabenizando a todos pelo sucesso do 1º encontro, reafirmando a importância de colocar em prática tudo que foi discutido. Com a criação de um grupo técnico na reunião ordinária do CIS de 26 de julho de 2019, o mesmo precisa ser demandado. Com a realização do XXXV Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, muitos secretários estiveram ausentes, com isso ainda não foi possível a elaboração de uma pauta propositiva com questões levantadas no encontro anterior. Eduardo Gonçalves, coordenador do Programa iniciou colocando sua disponibilidade de atendimento aos municípios em grupo ou individualmente, visando auxiliar em questões de interesse dos mesmos. Para este 2º Encontro, foram colocados três pontos, que no momento requer atenção por parte dos secretários e que foram discutidos no Congresso citado acima, sendo:

1º. Saldo financeiro oriundo de repasses federais: Eduardo apresentou um histórico principalmente relacionado aos antigos blocos de financiamento que foram incorporados em apenas dois blocos (Custeio e Investimento), cujas antigas contas ainda se encontram com um montante considerável de recursos sem utilização por parte dos municípios. Com isso se faz necessário uma discussão envolvendo tesoureiros e Contadores municipais, amparado no Plano Municipal de Saúde e Plano Plurianual, para juntos traçar plano de gastos. Para auxiliar os secretários, o CONASEMS disponibilizou a ferramenta “Painel de Apoio e Gestão”, encontrada em [portalgestaoconasems.net](http://portalgestaoconasems.net), onde os dados estão à disposição de todos. E uma rápida apresentação, avaliando a microrregião de São Lourenço, observa-se que até maio de 2019 encontra-se em conta o montante de R\$13.929.723,00, sendo R\$6.303.070,00 para Investimento e R\$5.635.649,00 para custeio e o restante R\$1.990.351,00 ainda depositado nas antigas contas do fundo. Filtrando somente os municípios do Consórcio esse montante chega a R\$8.385.638,00. Diante desses números é importante discutir com as equipes os motivos dessa não utilização. Fernando propôs que, após conclusão dos estudos o mesmo seja apresentado ao Conselho Municipal de Saúde. Eduardo propôs realização de um Plano de trabalho com o objetivo de zerar as contas, se propondo para isso a elaboração de uma agenda de atendimento individual a cada município. Todos concordaram e a agenda será disponibilizada para que os municípios se pronunciem. 2º. Emendas Parlamentares – Olhares e desafios para a alocação equitativa e regionalizada: Eduardo apresentou uma reflexão sobre a forma de distribuição das emendas parlamentares que, hoje fere o processo organizativo dos municípios. Em tempos onde se tem clareza de que os problemas devem ser enfrentados de forma regionalizada, buscando com isso economia em escala e escopo, há necessidade de uma grande discussão, onde possam ser considerados os vazios assistenciais de uma região e, através de planejamento conjunto alocar recursos para atendimento regionalizado. Esta já é uma visão que vêm ganhando força no país e, em breve com certeza será a vez dos Consórcios receberem recursos para desenvolvimento de ações regionalizadas. Considerando os recursos recebidos individualmente pelos municípios da microrregião em 2017 e 2018, R\$13.464.886,00 e R\$16.034.819,00 respectivamente, com certeza muitos problemas teriam sido sanados se aplicados de acordo com plano regionalizado. Há de se considerar, que esses recursos já chegam no município carimbados, com objeto definido. Em muitas das vezes o objeto não é a necessidade do município. Cabe a todos refletir. Enfrentaremos problemas



## Consórcio Intermunicipal de Saúde

comuns de forma individualizada ou regionalizada? O que fazer para mudar? Dr. Wilton propôs a realização de um seminário conjunto com a participação de prefeitos e secretários a fim de elaborarem emendas conjuntas. 3º. Programa pra o fortalecimento das práticas de EPS no SUS – PRO EPS-SUS: Eduardo lembrou aos presentes a importância da organização da Educação Permanente no município, atuando de forma constante e otimizando os recursos que são disponibilizados pelo Governo Federal. Como o primeiro repasse tem prazo para prestação de contas em setembro de 2019, faz-se necessário elaboração de um plano de ação para sua utilização, bem como cada município estabelecer através de decreto ou portaria, o seu Programa de Educação Permanente. Para tanto será disponibilizado a todos um modelo de legislação. Colocou também que a educação permanente não se restringe apenas a contratação de empresa, equipe ou especialista para ministrar treinamento, mas vai muito além. É tudo que ocorre no dia a dia das equipes de saúde, envolvendo também materiais necessários para discussões, alimentação, etc. A Educação Permanente bem planejada com origem e foco nas equipes de saúde, tendem a forma uma base mais sólida, retornando em benefícios aos usuários atendidos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. Para constar, eu, Wilson Nabak Samia secretário da reunião que a mandei lavrar a subscrevo e assino ao final com o Sr. Presidente e demais membros para apreciação e aprovação dos presentes.